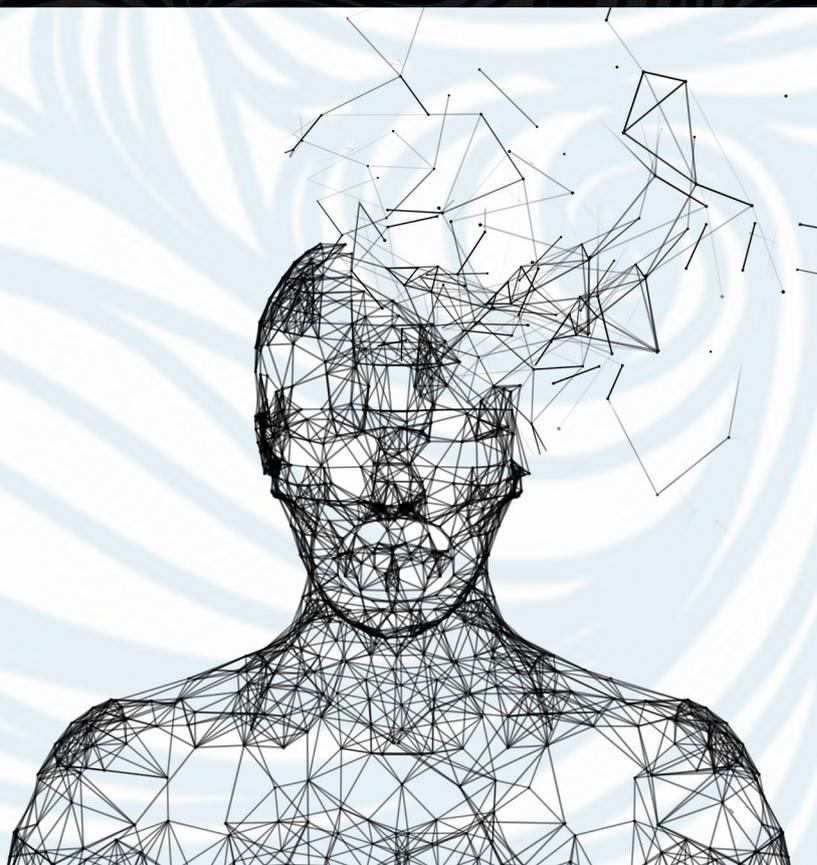


**Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)**

**Filosofia  
Política,  
Educação,  
Direito e  
Sociedade**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e  
Sociedade

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade [recurso eletrônico] /  
Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta  
Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação,  
Direito e Sociedade; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-094-0

DOI 10.22533/at.ed.940190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.  
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A ideia do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade deriva, a princípio, de reconhecer nos direitos humanos, a partir da dignidade da pessoa humana, como afirma Hinkelammert (2014), condição insubstituível para que a sociedade seja vivível e, também, por compreender os saberes como essenciais para uma formação humana capaz de entender, questionar, desvelar e tentar mudar a realidade de injustiças que vivemos.

A EDH tornou-se experiência concreta inicial no Brasil nas décadas de 70 e 80 como instrumento utilizado, a princípio, pela Comissão de Justiça e Paz (CJP) e os movimentos sociais, contra a lógica arbitrária de violação aos direitos humanos vivenciados durante a ditadura militar (1964-1985). Neste período, como indica Genevois (2007), era cogente a implementação de um projeto de formação e vivência dos direitos humanos que pudesse construir consciência e mobilizar a luta em defesa desses direitos acachapados pela ação do militarismo que se implantou no poder. O que motivou o movimento de elaboração da EDH em âmbito popular foi a necessidade de construir junto às vítimas conhecimento sobre os direitos humanos e a maneira de reivindicá-los. Esse livro foi operacionalizado por meio de artigos e seus autores que procuram dar ênfase naqueles que não tinham voz: [...] os pobres, os presos, os excluídos, humilhados e discriminados em geral.

Contudo, a preocupação em torno de constituir uma educação voltada para os Direitos Humanos, considerando a importância do processo educacional na promoção da dignidade humana e garantia dos direitos humanos, tornou-se um movimento de proporções internacionais quando em 1993, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), foi lançada a Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos (1995-2004). Em seguida, no ano de 2005, com vista à necessidade de manter um marco mundial para a EDH posteriormente à Década, foi proclamado pela ONU o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH), o qual apresenta contribuições e orientações para a construção de programas educacionais nacionais que fossem baseados no respeito aos direitos humanos, sendo ele ratificado pelo Estado brasileiro. Inserido nesse movimento de desenvolvimento da EDH, o Estado brasileiro organizou a Política Nacional de EDH, criando em 2003 o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), responsável por elaborar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), concluído em 2006. O PNEDH juntamente com as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (2012) são atualmente os principais documentos que inserem e organizam a EDH nos sistemas educacionais brasileiros. O PNEDH apresenta linhas gerais de ação em cinco eixos de atuação: (1) educação básica; (2) educação superior; (3) educação não-formal; (4) educação dos profissionais do sistema de justiça e segurança e (5) educação e mídia.

Diante desse contexto a ONU consolidou um conceito de EDH a qual espera

que seja parâmetro de conceito nos países membro: A educação em direitos humanos pode ser definida como um conjunto de atividades de educação, de capacitação e de propagação de informação, orientadas para criar uma cultura universal de direitos humanos. Uma educação integral em direitos humanos não somente proporciona conhecimentos sobre os direitos humanos e os mecanismos para protegê-los, mas que, além disso, transmite as competências necessárias para promover, defender e aplicar os direitos humanos na vida cotidiana. A educação em direitos humanos promove as atitudes e o comportamento necessários para que os direitos humanos de todos os membros da sociedade sejam respeitados. (ONU, 2012, p.3).

Neste sentido, a formação de uma cultura de direitos humanos apresenta-se como o principal objetivo da EDH e está bem identificada na produção teórica nacional. Benevides (2000, p. 1) indica a EDH como formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, promovido através da vivência dos valores [...] da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz e que deve impactar o educando para a apreensão de valores, sob os aspectos racionais e emocionais, devendo transformar-se em prática na vida das pessoas.

A EDH se apresentaria como um importante dispositivo que, por meio da educação escolar, seria capaz de fomentar uma cultura de respeito aos direitos humanos efetivos para a vida humana. Além de que, a educação está duplamente inserida na envergadura dos direitos necessários à pessoa humana, ou seja, a educação é uma categoria de direito humano fundamental para o desenvolvimento da vida e, ao mesmo tempo, pode permitir a realização de outros direitos sociais, políticos e civis na sociedade, portanto, pode ser entendida como eixo articulador dos direitos humanos, caminhando numa relação dialética ao longo de ambas as construções. Para Estêvão (2006, p. 91) [...] a educação constitui-se como um dos lugares naturais de aplicação, consolidação e expansão dos direitos humanos. Ela é uma arena de direitos e com direitos, cuja negação é notadamente perigosa para o princípio democrático da igualdade civil e política.

Portanto, os direitos humanos poderiam ser considerados o meio e o fim nos quais a EDH está engajada. Não obstante o plano normativo que orienta a política educacional sobre a EDH no Brasil esteja considerado com várias iniciativas que pretendem efetivar-se na educação básica, ou seja, de construir uma cultura de respeito aos direitos humanos, a realidade social está marcada por inúmeras violações dos direitos humanos essenciais para a vida. Mas, essa afirmação provoca questionar o que seriam os direitos humanos?

Fundamentado na formulação elaborada pela ONU é possível entender os direitos humanos conforme sua natureza, categorias e objetivos. Nestes termos os direitos humanos são aqueles inerentes a todos os seres humanos, independente de raça, nacionalidade, religião ou qualquer outra condição, incluindo o direito à vida, liberdade, trabalho, educação e muitos outros, os quais devem ser promovidos e garantidos contra ações que interferem na efetivação da dignidade humana (ONU,

1948). A produção teórica sobre o tema, sobretudo a literatura jurídica, segue esta mesma linha de formulação sobre os direitos humanos. Comparato (2013, p. 71) elabora o discurso em torno da definição dos direitos humanos ressaltando que se trata de algo [...] inerente à própria condição humana, sem ligação com particularidades determinadas de indivíduos ou grupos, e segue problematizando como reconhecer a [...] vigência efetiva desses direitos no meio social. Portanto, seriam os direitos que visariam garantir a vida e a dignidade humana de todas as pessoas, e devem ser protegidos e exigíveis pela lei. Trata-se de direito de estar vivo e ter condições de viver, de alimentar-se, de ter onde morar, de trabalhar e receber justamente pelo trabalho, de ter educação, saúde, de poder votar e ser votado, de escolher sua religião, entre outros que estão descritos na DUDH e, reiterados no Estado Brasileiro por meio da Constituição Federal (CF-88). Entretanto, analisando na perspectiva dialética, essa compreensão torna-se discrepante ao confrontá-la com a realidade marcada cotidianamente por violações aos direitos humanos que geram exclusões. Ora, se os direitos humanos se apresentam como instrumento para garantir a vida humana, se inclusive são salvaguardados por um sistema normativo de proteção internacional e nacional, por que ainda há tantas violações a esses direitos? Todas as pessoas são realmente titulares desses direitos?

Um autor que permite identificar com maior rigorismo estes conflitos é Hinkelammert, que a partir de uma abordagem histórico dialética, argumenta que diante de tanta violação seria necessário conhecer e problematizar as bases dos direitos humanos na sociedade para compreender quais seriam as reais causas de violação, o que permitiria um enfrentamento mais efetivo. Com base na compreensão teórica de Hinkelammert (2014), que insiste na historicidade dos conflitos sociais sob os quais se constituem as concepções de mundo, neste caso, no contexto da nova fase da exploração capitalista, pode-se supor que as mudanças da estratégia de dominação, sob a globalização neoliberal, modificam profundamente a compreensão dos direitos humanos, sem negá-los. Reivindicam-se direitos humanos, sob as regras do mercado.

A organização econômica teria, segundo esse autor, a capacidade de influenciar e de modificar as concepções e modo de compreender esses direitos, impactando na política e na normatização (HINKELAMMERT, 2014). A relação de mútua influência entre as condições da realidade econômica e as formas de pensar permite compreender melhor a dinâmica de elaboração dos fundamentos dos direitos humanos e da educação em direitos humanos em diversas possibilidades. Entre estas, explicita a disputa das classes e grupos sociais na configuração da EDH, na ação por vezes de colaboração, por vezes de conflito entre movimentos sociais e dos gestores públicos que elaboram as normativas. Outra dinâmica é a tensão da contradição entre a importância do debate público para a elaboração da lei por um lado e, por outro, o importante papel que a norma desempenha na elaboração dos fundamentos teóricos.

Ainda, essa relação consentiria perceber que, paradoxalmente, quanto mais se avança institucionalmente na normatização da EDH, o avanço da ideologia neoliberal

e da estratégia da globalização promoveria um deslocamento no modo pelo qual a sociedade compreende os direitos humanos e isso poderia impactar substancialmente a forma de construção normativa e, conseqüentemente a atuação na EDH. Por isso, seria necessário, conforme propõe Hinkelammert (2014) pensar as bases que fundamentam as concepções de direitos humanos, tendo como horizonte de reflexão a visão constituída após os marcos econômicos da modernidade, em especial, nas implicações da ideologia neoliberal.

Problematizar a EDH, a partir dos direitos humanos que a fundamentam, permitiria compreender se há diferentes formas de concebê-la. Portanto parece imprescindível aprofundar, de forma crítica, a discussão sobre as concepções de direitos humanos.

Para refletir sobre a efetividade dos direitos humanos parecem ser importantes os questionamentos e a problematização decorrentes das formulações emancipatórias e da realidade concreta. Percebê-los através das lutas travadas evita que a análise se limite à perspectiva idealista, como se a mera normatização e retórica, fossem suficientes para a garantia da dignidade humana. Hinkelammert (2014) sugere que a problematização dos direitos humanos ocorra a partir de sua base na sociedade, pois, ir mais além nos permitiria perceber como os direitos humanos, tal como estão atualmente presentes na normativa internacional e nacional, tiveram seu sentido teórico e ideológico modificado. Essas mudanças permitiriam que os direitos humanos fossem concebidos, sobretudo em sintonia com a interpretação dada pelo mercado. Em decorrência disso as violações e suas alternativas de superação parecem estar banalizadas, constrói-se um conceito de direitos humanos aceitando que muitos seres humanos estejam às margens da sua titularidade. Partimos da concepção de que os direitos humanos são aqueles direitos que o sujeito corporal e necessitado possui para a realização da vida humana (HINKELAMMERT, 2002). Contudo, a abstração e a aplicação desses direitos muitas vezes são instrumentos para a violação do próprio sujeito. Essa possibilidade de inversão é analisada por Hinkelammert (2002) como sendo a inversão do sentido dos direitos humanos teorizada por John Locke no século XVII, como mecanismo legitimador das práticas econômicas inglesas pautadas na escravidão africana e exploração de terras indígenas na América. Ao inverter o sentido dos direitos humanos, Locke transformou a vítima em culpado. Atualmente, a lógica da inversão dos direitos humanos e o esvaziamento do sentido dos direitos humanos (HINKELAMMERT, 2016) decorrem da estratégia de globalização capitalista, marcada pela supremacia das instituições de mercado sobre a vida das pessoas, onde os direitos das instituições mercantis impõem-se sobre os direitos essenciais à vida do ser humano.

Os artigos que compõe esta coletânea evidencia que os principais autores que têm se dedicado à discussão da FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade EDH com as abordagens adotadas não incorporam a crítica, minimamente, em sintonia com as categorias apresentadas por Hinkelammert (2002, 2010, 2014, 2016).

Nessa perspectiva, o presente livro objetiva investigar **DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, das autoras de Evanir dos Santos e Renata Souza de Lima, no artigo busca elucidar a importância da Educação em Direitos Humanos na perspectiva da educação infantil. O interesse pela temática surgiu após a participação no projeto de extensão O ECA Itinerante no ambiente Escolar: Uma introdução formativa para crianças e adolescentes em Direitos Humanos Fundamentais, que esteve em vigor durante os anos de 2016 e 2017. No artigo, **A SEXUALIDADE E SUAS ARTICULAÇÕES NO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM, A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS**, os autores, Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro, buscaram análise por meio de documentação, dos conteúdos aplicados em cursos a distância com momentos presenciais, de formação de professores na área da sexualidade, verificando como estes foram elaborados e implementados.

**DIREITOS DOS ANIMAIS: A INTERVENÇÃO DO HOMEM** das autoras Isadora Ramos Klein e Tailan Borges, procura entender o processo ao longo da história da criação das leis de defesa aos animais e de como eram e são tratados até os dias de hoje pelo homem. Passando por pensamentos de diferentes filósofos, teremos uma análise mais clara e ampla da evolução de tal processo. No artigo **DIREITO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA OS JOVENS COM FULCRO NO ESTATUTO DA JUVENTUDE** os autores Yossonale Viana Alves e Márcio Adriano de Azevedo, investigam sobre o Estatuto da Juventude é um dos dispositivos legais do Brasil que regula a educação básica, descrevendo que essa é obrigatória e deve ser oferecida gratuitamente a todos os jovens, inclusive para aqueles que não tiveram acesso à educação, na idade adequada, conforme ditames da Constituição Federal de 1988 e da Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996. Desse modo, objetiva-se analisar o Estatuto da Juventude como instrumento jurídico regulamentador das garantias de direitos constitucionais aos jovens, de forma articulada com os indicadores educacionais oficiais, que analisam a inserção ou não desses sujeitos nos processos educativos de formação profissional, o autor procura-se analisar o **DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO LIMITAÇÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO**, esquecimento como limitação à liberdade de expressão em face do direito de intimidade do respeito permitiu-nos investigar sobre a dignidade da pessoa humana tutelada pelos princípios constitucionais. A vida privada da pessoa, sua privacidade e intimidade são asseguradas pela Carta Magna. No artigo **FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, as autoras Daniela Fernandes Rodrigues e Farbênia Kátia Santos de Moura abordam que vivenciamos um período permeado por discursos e reflexões no cenário educacional que trazem para o cerne da discussão a formação docente, investigar a prática pedagógica com ênfase na Formação Humana e Afetividade das professoras. No artigo **FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS DA INCLUSÃO**, das autoras Cândida Ivi Marcovich de Araújo, Carla Cristie de França e Denise Fetter Mold, o artigo tem como proposta possibilitar

a reflexão e contribuir com a formação continuada docente no ensino regular, no que se refere à inclusão escolar. A pesquisa teve como intuito, evidenciar a importância da formação continuada, bem como dos Serviços de Apoio no cotidiano docente escolar inclusivo.

**FORMAÇÃO CONTINUADA A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA FONOAUDIOLOGIA**, da autora Ana Claudia Tenor O objetivo deste Estudo foi Identificar a Demanda Fonoaudiológica das Escolas De Educação Infantil.

**FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A PRÁTICA NA CRECHE: QUE ESPAÇO SUAS ESPECIFICIDADES TÊM NOS CURSOS DE PEDAGOGIA?** de autoria de Juliana Lima da Silva, apresenta parte do que foi desenvolvido em sua pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com o objetivo de compreender como acontece a formação inicial para professores do curso presencial de Pedagogia da UFJF no que se refere aos saberes/fazer para atuar com a faixa etária de 0 a 3 anos. De que modo esta formação contribui para a prática de futuros professores que atuarão nas creches? No artigo a

**FORMAÇÃO PARA DOCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A DISCIPLINA “METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL” DO CURSO CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**, das autores Patrícia Larisse Alves de Sousa e Anderson Ibsen Lopes de Souza, o objetivo deste estudo foi relatar a experiência docente na disciplina “Metodologias aplicadas à educação ambiental” do curso *Convivência com o semiárido*, abordando as práticas pedagógicas adotadas, a transversalidade, os projetos interdisciplinares e a potencialidade dessa experiência para a atividade curricular docente. No artigo

**GLOBALIZAÇÃO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO DETERMINANTE PARA OS HÁBITOS DE VIDA DE ESCOLARES**, dos autores Márcio Barreto da Silva, Ludmila Bernardo de oliveira, Valéria Kamilla Gurgel Jales, Francisco Ferreira da Silva, que busca discutir sobre o processo de urbanização como fator condicionante a saúde e/ou hábitos de vida de escolares. Revisão bibliográfica a partir de bibliotecas virtuais. No artigo

**HISTÓRIA ORAL: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS E (RE)VENDO O MUNDO ATRAVÉS DE REMINISCÊNCIAS**, dos autores Simone Ribeiro, Dileno Dustan Lucas de Souza, Darieli Daltrozo Ilha, Neste artigo os autores buscam trazer reflexões produzidas pelo grupo de pesquisa ECUS- Educação, Culturas e Sustentabilidade/UFJF no contexto de implementação de projetos de pesquisa e extensão e , ao longo do texto, abordamos aspectos históricos, teórico-metodológicos e procedimentos práticos no uso da metodologia da História Oral. No artigo

**IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO NA GESTÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO A DISTÂNCIA SOB A ÓTICA DOS TUTORES DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NA UF**, os autores QUIRINO, R da. Heveline Ribeiro, CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo CORREA e Denise Maria Moreira Chagas, procuram identificar os Fatores Críticos de Sucesso (FCS) da gestão da aprendizagem no ensino à distância na visão dos tutores da Universidade Federal do Ceará Virtual do curso de Administração. No artigo

**IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MULHER NO JORNAL PERNAMBUCANO**

**ESPELHO DAS BRASILEIRAS (1831)**, as autoras Mônica Vasconcelos e Marcília Rosa Periotto, buscam identificar as contribuições para a constituição e elevação da figura feminina no contexto de desenvolvimento social e material do Brasil na segunda metade do século XIX. No artigo **INFLUÊNCIA DAS CONCEPÇÕES DOCENTES NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS COM TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA**, os autores Fabio Caires de Oliveira e Maurivan Barros Pereira Buscam identificar relações entre as concepções de ensino, aprendizagem e tecnologias digitais (TD), presente nas propostas de pesquisa encaminhadas ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM) da Universidade Estadual de Mato Grosso-UNEMAT e suas possíveis influências e implicações para a prática docente. No artigo **INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA E A PEDAGOGIA HISTORICO CRITICA: UM DESAFIO E MUITAS POSSIBILIDADES**, as autoras LIMA, Erika Aparecida de Paula Silva e PINHEIRO, Bárbara Carine Soares, analisa o diálogo entre a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e a prática dos docentes de Ciências do IFBA. Foi levantado o material bibliográfico desde o Liceu de Artes e Ofícios em 1872 até o atual Instituto Federal da Bahia, que nasceu com a perspectiva de mudança do perfil da Educação Profissional da Rede Federal com a Lei nº 11.892/08. No artigo **INTENCIONALIDADE DO CURRÍCULO ANTIRRACISTA EM CONTEXTOS HISTÓRICOS DE MULHERES NEGRAS**, as autoras Agatha Leticia Eugênio da Luz e Ana D’Arc Martins Azevedo

Buscam evidenciar o currículo na perspectiva antirracista em que contextualiza historicamente sobre mulheres negras, que contribuíram/contribuem com a militância e emancipação da identidade negra, viabilizando um conhecimento de histórias negadas, silenciadas e excluídas do contexto educacional, mas que repercute cotidianamente na sociedade brasileira, em forma de racismo, sexismo e discriminação. No artigo **LEITURAS CONTEMPORÂNEAS DE ROUSSEAU: CONSTANT, VAUGHAN, TALMON OU BERLIN: DE QUE LADO ESTARÁ O VERDADEIRO PENSAMENTO DO GENEBRINO?** O autor Arlei de Espíndola, procura analisar o livro *o contrato social*, publicado por Rousseau em Paris em abril de 1762, ressalta que o trabalho que lhe notabiliza no campo do pensamento político, imprime uma forma abstrata, metafísica, que o filósofo põe-se a enfrentar o problema da relação entre liberdade e autoridade, essa uma questão bastante espinhosa que suscita polêmicas e controvérsias fazendo às vezes perder-se a orientação verdadeira de seu pensamento. No artigo **O “RETRATO” DA REALIDADE DE JOVENS ENCARCERADOS: O QUE REVELAM OS DADOS**, as autoras, Riane Conceição Ferreira Freitas, Gilmar Pereira da Silva, Crisolita Gonçalves dos Santos Costa, Ana Maria Raiol da Costa, objetivam analisar os que os índices oficiais refletem sobre questão da escolarização e profissionalização de jovens que cumprem Medidas Socieducativas (MSE), conforme determinação do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, (Lei nº 12.594/2012), como meio de reorientar o indivíduo submetido a ela, de modo a oportunizar a reparação dos danos e

promoção de processos formativos-educacionais ao jovem que infligiu a lei. No artigo **O BRINCAR NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A LIBERDADE DE CRIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**, a autora Suzy Kamylla de Oliveira Menezes tem o intuito de analisar a relação do brincar com o desenvolvimento da criança na educação infantil. O estudo é baseado na teoria de Winnicott e resulta de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Dessa forma, essa análise enfatiza a necessidade de um ambiente que proporcione condições suficientes para que a criança se aproprie do brincar como expressão de um viver criativo, que traz como possibilidade a construção da própria subjetividade e a experiência de um desenvolvimento saudável. No artigo **O CONCEITO DE PRÁXIS EM ARISTÓTELES E MARX**: um estudo sobre a importância de aliar teoria e prática na formação dos trabalhadores da educação, da autora Andréia Carolina Severo Lima. Este artigo visa apresentar uma proposição teórica acerca da *práxis* como elemento vital na formação dos/as pedagogos/as que serão aqui chamados de trabalhadores da educação com ênfase na relação indissociável entre teoria e prática postulada pelo filósofo alemão Karl Marx. No artigo **O CRAS COMO ESPAÇO PÚBLICO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA**, os autores Tayná Ceccon Martins, Rafael Bianchi Silva Buscam com este trabalho compreender a participação popular na democracia é entender o percurso histórico dessa forma de governo e como a liberdade e a ação política se relacionam no espaço público. No artigo **O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA SOB O HORIZONTE ARTICULATÓRIO DA INTERDISCIPLINARIDADE**, os autores Ieda Márcia Donati Linck, Leandro Renner de Moura, Fernanda Falconi Bastolla, o trabalho busca analisar o desenvolvimento da produção textual numa perspectiva interdisciplinar tendo como pano de fundo a proposta pedagógica do Proenem-Unicruz. Este programa institucional e social oferece a Cruz Alta – RS e região oportunidade de preparação de estudos para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sob um horizonte articulatório, onde Redação, Língua Portuguesa e Literatura passam a fazer parte de uma mesma unidade originária, a unidade da linguagem. No artigo **O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA, ATRAVÉS DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL** da autora Luana Camila Gomes dos Santos o trabalho busca conscientizar os pais de que sua participação na educação dos filhos principalmente na educação infantil é de suma importância para o bom desenvolvimento e aprendizagem. No artigo **O ENSINO DE QUÍMICA NO 9º ANO DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA SOB A ÓTICA DISCENTE**, o autor Amílcar Célio França Pessoa, busca investigar o ensino de Química no 9º ano de Escolas Municipais de João Pessoa e suas implicações na aprendizagem sob a ótica discente. No artigo **O ENSINO EM MATO GROSSO SEGUNDO O OLHAR DO PRESIDENTE DE ESTADO DOM AQUINO CORREA**, as autoras Emilene Fontes de Oliveira e Thalita Pavani Vargas de Castro, objetivo é mostrar as representações acerca do ensino em Mato Grosso e analisar o discurso de Estado referente às normas estabelecidas na Regulamentação da Instrução Pública de 1910 que previa inovação no que diz respeito

à expansão e ao método. No trabalho **O ESPAÇO RESERVADO AO LÚDICO NA ROTINA DE TRABALHOS EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, a autora Fabiana Aparecida Gomes apresenta uma investigação das dinâmicas em uma sala de aula de uma turma que atende crianças de três a quatro anos de idade em um CMEI-Centro Municipal de Educação Infantil na cidade de Palmas/TO a fim de perceber se o conceito espaço como recurso pedagógico está presente no cotidiano da prática educativa. No artigo **O ESTUDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SENTIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE JÖRN RÜSEN**, os autores Patricia Paes Leme, e Diogo da Silva Roiz objetiva, a partir da análise das mudanças propostas no currículo resultante da aprovação da Lei nº 10.639/03, refletir sobre as possibilidades de transformações políticas e pedagógicas daí decorrentes. Para tanto nos ancoraremos na tipologia da consciência histórica criada pelo historiador e filósofo alemão, Jörn Rüsen e em seus conceitos de formação de sentido e de aprendizado histórico.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Evanir dos Santos	
Renata Souza de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9401904021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
SEXUALIDADE E SUAS ARTICULAÇÕES NO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM, A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Gabriella Rossetti Ferreira	
Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9401904022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
DIREITOS DOS ANIMAIS: A INTERVENÇÃO DO HOMEM	
Isadora Ramos Klein	
Tailan Borges	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9401904023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>26</b>
O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA OS JOVENS COM FULCRO NO ESTATUTO DA JUVENTUDE	
Yossonale Viana Alves	
Márcio Adriano de Azevedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9401904024</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>41</b>
O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO LIMITAÇÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	
Aleff Schmid Da Luz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9401904025</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>56</b>
FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Farbênia Kátia Santos de Moura	
Daniela Fernandes Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9401904026</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS DA INCLUSÃO	
Cândida Ivi Marcovich de Araújo	
Carla Cristie de França	
Denise Fetter Mold	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9401904027</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 72**

FORMAÇÃO CONTINUADA A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA FONOAUDIOLOGIA

Ana Claudia Tenor

DOI 10.22533/at.ed.9401904028

**CAPÍTULO 9 ..... 80**

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A PRÁTICA NA CRECHE: QUE ESPAÇO SUAS ESPECIFICAÇÕES TÊM NOS CURSOS DE PEDAGOGIA?

Juliana Lima da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9401904029

**CAPÍTULO 10 ..... 87**

FORMAÇÃO PARA DOCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A DISCIPLINA “METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL” DO CURSO *CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO*

Patrícia Larisse Alves de Sousa

Anderson Ibsen Lopes de Souza

DOI 10.22533/at.ed.94019040210

**CAPÍTULO 11 ..... 98**

GLOBALIZAÇÃO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO DETERMINANTE PARA OS HÁBITOS DE VIDA DE ESCOLARES

Márcio Barreto da Silva

Ludmila Bernardo de Oliveira

Valéria Kamilla Gurgel Jales

Francisco Ferreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.94019040211

**CAPÍTULO 12 ..... 109**

HISTÓRIA ORAL: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS E (RE)VENDO O MUNDO ATRAVÉS DE REMINISCÊNCIAS

Simone Ribeiro

Dileno Dustan Lucas de Souza

Darieli Daltrozo Ilha

DOI 10.22533/at.ed.94019040212

**CAPÍTULO 13 ..... 117**

IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO NA GESTÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO A DISTÂNCIA SOB A ÓTICA DOS TUTORES DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NA UFC

Raimunda Heveline Ribeiro Quirino

Sueli Maria de Araújo Cavalcante

Denise Maria Moreira Chagas Correa

DOI 10.22533/at.ed.94019040213

**CAPÍTULO 14 ..... 127**

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MULHER NO JORNAL PERNAMBUCANO *ESPELHO DAS BRASILEIRAS* (1831)

Mônica Vasconcelo

Marcília Rosa Periotto

DOI 10.22533/at.ed.94019040214

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>138</b>
INFLUÊNCIA DAS CONCEPÇÕES DOCENTES NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS COM TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA	
Fabio Caires de Oliveira Maurivan Barros Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>144</b>
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA E A PEDAGOGIA HISTORICO CRITICA: UM DESAFIO E MUITAS POSSIBILIDADES	
Erika Aparecida de Paula Silva Lima Bárbara Carine Soares Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9401904026</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>155</b>
INTENCIONALIDADE DO CURRÍCULO ANTIRRACISTA EM CONTEXTOS HISTÓRICOS DE MULHERES NEGRAS	
Agatha Leticia Eugênio da Luz Ana D’Arc Martins Azevedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>170</b>
LEITURAS CONTEMPORÂNEAS DE ROUSSEAU: CONSTANT, VAUGHAN, TALMON OU BERLIN: DE QUE LADO ESTARÁ O VERDADEIRO PENSAMENTO DO GENEBRINO?	
Arlei de Espíndola	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>187</b>
O “RETRATO” DA REALIDADE DE JOVENS ENCARCERADOS: O QUE REVELAM OS DADOS	
Riane Conceição Ferreira Freitas Gilmar Pereira da Silva Crisolita Gonçalves dos Santos Costa Ana Maria Raiol da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>199</b>
O BRINCAR NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A LIBERDADE DE CRIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	
Suzy Kamylla de Oliveira Menezes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>206</b>
O CONCEITO DE <i>PRÁXIS</i> EM ARISTÓTELES E MARX: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE ALIAR TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO	
Andréia Carolina Severo Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040221</b>	

<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>217</b>
O CRAS COMO ESPAÇO PÚBLICO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA	
Tayná Ceccon Martins Rafael Bianchi Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>228</b>
DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA SOB O HORIZONTE ARTICULATÓRIO DA INTERDISCIPLINARIDADE	
Ieda Márcia Donati Linck Leandro Renner de Moura Fernanda Falconi Bastolla	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>241</b>
O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA, ATRAVÉS DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.	
Luana Camila Gomes dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040224</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>252</b>
O ESTUDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SENTIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE JÖRN RÜSEN'	
Patricia Paes Leme Diogo da Silva Roiz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040225</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>263</b>

## DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA LINGÜÍSTICA SOB O HORIZONTE ARTICULATÓRIO DA INTERDISCIPLINARIDADE

**Ieda Márcia Donati Linck**

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ

Cruz Alta – RS

**Leandro Renner de Moura**

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ

Cruz Alta – RS

**Fernanda Falconi Bastolla**

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ

Cruz Alta – RS

**RESUMO:** Trata-se neste texto de analisar o desenvolvimento da produção textual numa perspectiva interdisciplinar tendo como pano de fundo a proposta pedagógica do Proenem-Unicruz. Este programa institucional e social oferece a Cruz alta – RS e região oportunidade de preparação de estudos para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sob um horizonte articulatório, onde Redação, Língua Portuguesa e Literatura passam a fazer parte de uma mesma unidade originária, a unidade da linguagem. Como fundamentação, propõe-se revisão teórica baseada na produção acadêmica de pensadores que denunciam a crise de um ensino fragmentado, na mesma medida que indicam caminhos favoráveis a uma aprendizagem linguística efetiva. Nessa direção, subentende-se que a escrita deve manifestar todo o conteúdo simbólico construído pelo

estudante ao longo da sua formação humana. Isso, no entanto, precisa ser sinalizado por meio de uma abordagem pedagógica pautada na interdisciplinaridade, uma vez que sua filosofia de atuação se embasa na aproximação e no diálogo com o outro e, ainda, no constante câmbio de perspectivas temáticas de uma mesma área de conhecimento. Dentro disso o uso competente e lúcido da linguagem nos textos representa um exercício de cidadania, que ocorre no aparecimento das diferentes opiniões, sempre clarificadas pela capacidade discursiva de cada estudante. Desse modo, o Proenem marca-se como um importante momento na vida de cada aluno. Um momento de aprendizado e renovação de esperanças através do saber, valorizando sempre a curiosidade, o envolvimento e a riqueza de uma pedagogia comprometida com a educação linguística.

**PALAVRAS-CHAVE:** Produção textual. Interdisciplinaridade. Proenem-Unicruz. Educação linguística.

**ABSTRACT:** This paper analyzes the development of textual production in an interdisciplinary perspective against the pedagogical proposal of Proenem-Unicruz. This institutional and social program offers Cruz Alta - RS and region an opportunity to prepare studies for the National Examination of Secondary

Education (ENEM) under an articulatory horizon, where Writing, Portuguese Language and Literature become part of the same original unit, the unity of language. As a rationale, it is proposed a theoretical revision based on the academic production of thinkers who denounce the crisis of a fragmented teaching, in the same way that indicate ways favorable to effective linguistic learning. In this direction, it is understood that the writing must manifest all the symbolic content constructed by the student throughout his human formation. This, however, needs to be signaled through a pedagogical approach based on interdisciplinarity, since its philosophy of action is based on the approximation and the dialogue with the other and also on the constant exchange of thematic perspectives of the same area of knowledge. Within this, the competent and lucid use of language in texts represents an exercise of citizenship, which occurs in the appearance of the different opinions, always clarified by the discursive capacity of each student. In this way, the Proenem marks itself as an important moment in the life of each student. In this way, the Proenem marks itself as an important moment in the life of each student. A moment of learning and renewing hopes through knowledge, always valuing the curiosity, involvement and richness of a pedagogy committed to language education.

**KEYWORDS:** Texty production. Interdisciplinarity. Proenem-Unicruz. Linguistic education.

## 1 | INTRODUÇÃO

É notória a preocupação de alunos, professores, instituições de ensino e governos quanto ao desenvolvimento da leitura e da escrita na formação de Ensino Médio e no ingresso conseqüentemente imaturo ao Ensino Superior. Por serem elas importantes competências ao desenvolvimento do sujeito, a Universidade de Cruz Alta mostra-se preocupada com essa questão e dá a sua contribuição ao oferecer para alunos de escola pública de Cruz Alta –RS e região o Proenem, um programa institucional de preparação ao Exame Nacional para o Ensino Médio (ENEM). Para atender as recomendações do exame o programa segue o cronograma de avaliações organizado por áreas de conhecimento, as ciências naturais, humanas, exatas e da linguagem. O presente artigo concentra sua reflexão no caderno de linguagens, códigos e suas tecnologias, apresentando a abordagem didático-pedagógica desenvolvida pelo Proenem na tentativa de contribuir para os estudos relativos à educação linguística no Brasil.

Conforme compreende o Ministério da Educação (MEC), a banca avaliadora das redações produzidas no Enem opera sob os critérios da gramática normativa e favorece a denominação culta da língua como variante oficial. Além disso tem como expectativa identificar posturas, pontos de vista e condições plenas de um cidadão para sugerir saídas e possibilidades aos temas abordados. Entendemos que o espaço da redação no Enem representa a garantia do diálogo, da democracia através da comunicação e da espontaneidade dos estudantes frente às diversidades e o direito de expressar suas opiniões e propostas nos assuntos de interesse expressamente

sociais. A participação do aluno através da sua própria subjetividade é um ato político, mesmo que numa situação de concorrência ou seleção, pois se vê diante do desafio de propor intervenção merecedora de uma nota mil, capaz de somar ideias a tantas outras também deliberadas em contextos linguísticos de decisão.

O horizonte articulatório desse trabalho é a interdisciplinaridade a qual agrega momentos de integração entre as disciplinas de Língua Portuguesa, Literatura e Redação, o que chamamos de “momento interligado”. Sem prejudicar os recortes temáticos de cada componente, as situações de interação que propomos sinaliza aos alunos a articulação que há nas questões do caderno de Linguagens, códigos e suas tecnologias. Segundo os documentos oficiais do Ministério da Educação, a área de linguagens é composta pelas disciplinas de “Língua Portuguesa, Língua estrangeira moderna, Educação Física, Arte e Informática”, o que, de algum modo, denota a abrangência temática da área.

Nessa linha, Vigna (2008, p.02) afirma que “na situação de ensino e aprendizagem, o conhecimento é transposto da situação em que foi criado, inventado ou produzido, e por causa desta transposição didática deve ser relacionado com a prática ou a experiência do aluno a fim de adquirir significado”. Assim sendo, estimulamos a prática reflexiva como ação necessária no aperfeiçoamento da escrita, da organização das ideias e do potencial argumentativo dos alunos na produção dos seus próprios textos de forma contextualizada.

No espaço a que nos foi destinado, portanto, propomos uma ampliação teórica a fim de buscar sustentação às afirmações que faremos. Revisitar os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), especialmente para a Língua Portuguesa, os quais orientam o trabalho das escolas públicas para com a produção textual, buscando aproximações com a matriz epistemológica do Enem e com a proposta pedagógica que pensamos melhor corresponder às atuais exigências desse campo. Por fim, trazemos nossas impressões e convicções, as quais nos ajudam a pensar e concretizar o melhor que podemos.

## 2 | ALGUMAS DISCUSSÕES TEÓRICAS NECESSÁRIAS

Com toda a certeza, estamos envolvidos no processo conhecido por *educação linguística*. Ao tratarmos das intenções do Proenem referente às linguagens, à redação e, sobretudo quanto ao que queremos desenvolver com nossos alunos, nos inserimos no universo linguístico de ampla e convergente envergadura. Sabendo disso, reconhecemo-nos como incentivadores de uma aprendizagem efetiva e aproximada da vida, e que potencializa a leitura do mundo.

No raciocínio de Bagno e Rangel (2005, p. 63), a educação linguística poderia ser compreendida como

[...] o conjunto de fatores socioculturais que, durante toda a existência de um indivíduo, lhe possibilitam adquirir, desenvolver e ampliar o conhecimento de/ sobre outras línguas, sobre a linguagem de um modo mais geral e sobre todos os demais sistemas semióticos. Desses saberes, evidentemente, também fazem parte as crenças, superstições, representações, mitos e preconceitos que circulam na sociedade em torno da língua/linguagem e que compõem o que se poderia chamar de imaginário linguístico ou, sob outra ótica, de ideologia linguística.

A responsabilidade que temos com universo linguístico se compara à responsabilidade com todos aqueles que nos procuram em busca de preparação. É vital a necessidade de respeito à diversidade linguística, como compositora da sinfonia das vozes. Na variedade da linguagem estão indivíduos, banhados e marcados por suas histórias localizadas repletas de significação. Percebemos a partir das ideias emprestadas dos escritores, que a linguagem é educada durante a vida e é resultado de um somatório de sentidos, imaginários e interpretações, construtores de usos linguísticos legitimados.

Por esta razão, o ato de escrever e ler textos é prática viva de linguagem, necessária ao pensamento humano e ao desenvolvimento de habilidades expressivas. Todo sujeito que lê, pensa no que lê. Todo sujeito que escreve, pensa no que escreve, assim tornando-se mais reflexivo e argumentativo perante as situações que vivencia no mundo. Essa preparação pode ser considerada a atividade essencial de uma educação linguística.

Conforme Marques (2011, p.15), “o ensino na obediência a certos rituais” cria traumas. Diante de uma folha em branco muitas pessoas não sabem o que fazer com a sua própria linguagem. É uma pergunta frequente saber por onde deve-se começar um texto. A resistência pelas atividades de produção de texto demonstram uma espécie de medo da língua.

Como a produção de escrita é resultado do que se aprende desde a alfabetização da língua, precisamos refletir quanto ao seu tratamento na escola. Faraco e Castro (2009, p. 2) em um artigo sobre a relação dos estudos linguísticos e o ensino da língua no Brasil, fazem o clássico questionamento e, evidentemente necessário: “Mas, se o ensino de linguagem não se dá, como querem os tradicionalistas, calcado no eixo normativo, como ele deve ser, se aceitarmos a crítica dos linguistas? Em outras palavras, quando tiramos de foco o ensino de regras e conceitos, o que passa a ser o nosso objeto de ensino?”. Segundo os escritores, a intenção dos linguistas é colocar o texto no centro do debate para estudar a língua. Ainda, conforme os autores, o texto como objeto primordial das aulas de Língua Portuguesa assegura “o ensino dos aspectos normativos [...], isto é, as regras gramaticais não seriam mais ensinadas por meio de frases soltas, abstraídas de contexto, e sim na perspectiva de sua funcionalidade textual” (Ibid. p. 2).

Eis algumas de nossas expectativas. O texto como objeto central produz a ideia de buscarmos reconhecer a língua materna nas suas nascentes históricas, geográficas e sociais por sua variedade de gêneros e tipologias. É no processo de leitura constante

e variada que reside a possibilidade de um encontro sutil e mais prazeroso com a normatividade e com os estilos linguísticos clássicos e contemporâneos. Acreditamos instigar, dessa maneira, o prazer dos estudantes pela escrita a caminho do próprio reconhecimento como escritores.

Marques (2011, p. 28) explica o que esse processo representou na sua trajetória como escritor.

No ato de escrever sinto-me dono do meu próprio texto. Posso mudá-lo a qualquer momento, destruí-lo até. Quando, porém, ele ganha mundo, quando passa ao domínio público, sinto que me fugiu, emancipou-se, escapou de meu alcance. Uma sensação muito viva e estranha: a de só agora ver a cara de meu filho ao mesmo tempo que dele me despeço; vê-lo cair na vida, ausentar-se entregue à indiscrição de quem não conheço, a destinos que fogem a meu controle.

A sensação que Marques nos descreve é, de fato, a sensação que temos quando antes mesmo de publicar um texto imaginamos leitores e a avaliação que estes darão a ele. Além disso, a identificação do autor ao escrever se revela no movimento interno do texto. Escrevendo, corrigindo e apagando temos a liberdade de fazê-lo como bem se entende a caminho da identidade da escrita. Entretanto, nesse movimento de encontro do próprio estilo é necessário um processo de reescritura constante.

Com o propósito de identificar o que pode ser melhorado no texto, o aluno aprende a lançar um olhar crítico, o que implica certo distanciamento. Esperamos, assim, que os alunos desenvolvam capacidades de análise que identifiquem o que compromete a coerência e a coesão, assim como os elementos adequados ou inadequados ao objetivo dos textos que produzem. Esse processo exige uma gama de conhecimentos que vão desde o domínio da escrita convencional ao domínio de categorias gramaticais para a organização do discurso escrito. Estes aspectos implicam no desenvolvimento da competência discursiva do aluno através de situações diversas de uso da linguagem, permitindo a ele entender como, por que, para que e para quem escrevem.

Tem sido nossa função como professores do Proenem mostrar aos alunos que os textos exercem um papel muito importante na vida, e que não devem tratá-los como simples registros para serem avaliados e arquivados. Uma redação pode significar o posicionamento e o lugar que sujeitos ocupam diante de temas de interesse comum. Assim, antes de tomar forma, toda escrita é um processo de encontro com seu próprio autor que se debate com sua própria linguagem, isto é, que erra, se engana e diz coisas impensadas. Marcuschi (2008, p. 218) salienta que “o trabalho de escrita é também um trabalho de reescrita. O processo de produção deve ser de algum modo distinguido da produção final do texto. Pois o produto final é o resultado de um processo de muitas revisões”.

Em Bakhtin percebemos justificção apropriada para repensar as concepções de linguagem que amparam nossas práticas. O filósofo tem suas preocupações voltadas para o fenômeno da interação viva da linguagem. Delimita o real objeto de estudo da linguística, discutindo a origem social dos signos e dos enunciados humanos. “A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta [...]” Bakhtin (1986, p.

## 124). Comenta ainda:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas (sic), nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (Ibid. p. 123).

Diante disso, deve-se privilegiar não só o contato frequente dos alunos com a leitura e a produção de textos, como também fazer destas práticas uma relação linguística viva. Precisamos estimulá-los a tomar consciência de que o ato de falar e escrever é um processo de interação com o outro, seja esse outro um colega próximo da sala, um contexto vivido, ou um interlocutor imaginário. Marques (2011, p. 15), agradavelmente explica o ato de escrever para um ouvinte imaginário.

Pois é; escrever é isso aí: iniciar uma conversa com interlocutores invisíveis, imprevisíveis, virtuais apenas, sequer imaginados de carne e ossos, mas sempre ativamente presentes. Depois é espichar conversas e novos interlocutores surgem, entram na roda, puxam outros assuntos. Termina-se sabe Deus onde.

Marques concorda que o escrever é um ato de interação comunicativa em que interlocutores constantemente surgem na conversa.

Acho-me numa interlocução de muitas vozes que me agitam, conduzem, animam, perturbam. É isso que faz de meu escrever uma interlocução de muitas vozes, uma amplificação de perspectiva, abertura de novos horizontes, construção de saberes novos (MARQUES, 2011, p. 29).

Além da interlocução de vozes, Marques (2011) também se refere a uma interlocução de saberes que estão ativamente presentes no contato da folha em branco com o próprio escrevente, o qual convida interlocutores imaginários à busca do entendimento, jamais solitário.

O autor, diferentemente da crença de algumas correntes teóricas da linguagem que afirmam ver a escrita como intertextualidade, acredita que o ato de escrever é ato inaugural. Assim como aparecem interlocutores no momento em que se produz um texto, também surgem ideias, palavras e inspirações não antes pensadas, simplesmente inauguradas pela livre expressão da linguagem e do raciocínio.

Entretanto, compreender a folha em branco como espaço de dialogia, do inesperado, ou como expressão do pensamento, passa por um processo doloroso de reconhecimento. Devemos pensar como conseguiríamos eliminar a insegurança e a angústia de alunos e candidatos a concursos públicos diante do ato de escrever. Como formar sujeitos capazes de perceber que sua escrita se mostra confusa, inadequada ou sem sentido, e que se proponham a repensá-la? De que maneira formar um aluno-escritor competente, apto a produzir textos de intenções variadas? Tais indagações nos provocam enquanto professores e servem de razão para sempre continuarmos otimistas.

Pensamos que para alcançarmos estes desafios é imperativa a necessidade de incentivar a prática de leitura. O hábito de ler consiste na condição de desenvolver no

aluno a sua capacidade de interagir com as diversas informações que recebe, ampliar a sua visão de mundo, tornando-se um ser crítico, capaz de observar competentemente as circunstâncias que o envolve, assim descobrindo e alargando suas representações de mundo.

Conforme Marques (1993, p. 103-104), precisaríamos de uma nova noção: “Uma educação em que se impliquem o saber, a ação e a emoção”. Para que o ensino de redação tenha significado e real efetividade, precisa-se de uma ação educativa assentada na tradição normativa e nas concepções da linguagem, mas que, sobretudo vise a participação dialógica dos alunos neste processo e acesso constante as demais regiões do saber.

Contribuir para o educando escrever e constituir-se como um usuário eficaz da língua é o que acreditamos que seja a nossa função como professores do Proenem/ Unicruz com a área das linguagens. Por isso, procuramos, teoricamente, ampliar nossos horizontes, na tentativa de mostrar nossas motivações, nossos ideais e nossas referências, fundamentais ao trabalho que realizamos.

A presente reflexão se enquadra no tipo de pesquisa qualitativa, de revisão bibliográfica. Com postura interpretativa recorremos ao pensamento de escritores do campo da Linguística e da Filosofia da linguagem com o intuito de formar um raciocínio lógico e cadenciado de proposições e expectativas. Tem como prática colocada a efeito, no Programa Institucional Proenem, desenvolvido pela Unicruz, desde 2013.

### **3 | LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS: ALGUNS RESULTADOS IMPORTANTES EMERGEM.**

Ao longo do tempo a educação escolar vivencia tentativas de mudanças. O caráter humanístico, complexo e interdisciplinar aparece em grande medida nas recomendações curriculares atuais, especialmente para o Ensino Médio. Assim, estão centradas em três grandes áreas do saber: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Ciências humanas e suas Tecnologias. A organização em áreas, segundo os PCNEM (BRASIL, 1998), pretende englobar os conhecimentos que compartilham objetos de estudo, facilitando a comunicação de uns com os outros, criando condições para que a prática escolar se desenvolva em uma perspectiva interdisciplinar.

Como pano de fundo nessa interlocução, surgem as tecnologias, evidenciando possibilidades de avanços na aprendizagem. Faz-se elemento de ampla comunicação entre as ciências e oferece mecanismos para que se reconheça a complexidade do conhecimento e sua abertura para novas experiências.

Dessa maneira, a forma organizativa do Proenem da Unicruz supera a práxis pedagógica tradicional em função das disciplinas. Partimos de uma ação educativa que ajude o aluno a compreender os fenômenos naturais, tecnológicos e sociais da vida

de forma contextual, em que valorize-se a comunicação entre os conhecimentos e a razão prática destes em suas vidas. Assumimos a responsabilidade de complementar a educação básica e dar suporte para o entendimento das recomendações do Enem. Marca-se também o papel da instituição escolar como espaço que vai além da transmissão de um saber, das meras repetições sem contexto, tem-se ali um lugar de legitimação do sujeito pelo saber que ali constrói, ou seja, fazemos a ligação entre a capacidade linguística e competência política do participante. Vale ressaltar que isso será efetivado, pois entendemos que:

A aula deve ser o espaço privilegiado de desenvolvimento de capacidade intelectual e lingüística dos alunos, oferecendo-lhes condições de desenvolvimento de sua competência discursiva. Isso significa aprender a manipular textos escritos variados e adequar o registro oral às situações interlocutivas, o que, em certas circunstâncias, implica usar padrões mais próximos da escrita (BRASIL, 1998, p.30).

O objetivo das três áreas do conhecimento, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, é promover uma ação concentrada do conjunto e também de cada uma das disciplinas, em favor do desenvolvimento das competências gerais, que dependem do conhecimento disciplinar.

Conforme podemos constatar nos PCNEM (BRASIL, 1998, p. 135), “o cerne do trabalho da área situa-se no primeiro dos três grupos de competências gerais, uma vez que nele se privilegia a aquisição e o desenvolvimento das competências gerais de Representação e Comunicação, que se pode traduzir por manejar sistemas simbólicos e decodificá-los”. Isto implica pensar que a linguagem ganha um novo significado no ensino médio e, especialmente ao trabalho do Proenem. Os educandos são instigados a perceber e interpretar os elementos linguísticos que ultrapassam as funções de linguagem básicas, como o emissor, a mensagem e o ouvinte. Tudo isso pode ser encontrado de modo não-verbal em situações de entendimento, não exclusivamente de ordem linguística, mas pela manifestação de objetos, de sinais, de gestos e expressões, que exprimem sentido quando decodificados, isto é, quando são passíveis de transcrição.

Desse modo, os conhecimentos da língua tornam-se objeto de aprendizagem de todas as disciplinas, contribuindo ao processo didático geral. Isso implica entender que antes dos conteúdos interagirem, os professores precisam refletir sobre uma possível recomposição dos seus saberes a fim de estabelecer uma prática que evita o trabalho isolado e parcelar. Assim, conforme proposto no projeto apresentado, nos encontros semanais da área de linguagens, procuramos compreender nos guias e manuais oferecidos pelo Ministério da Educação as novas recomendações para a área, o que desponta novas possibilidades na forma de operar as aulas.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os objetivos da área de linguagens não serão atingidos com “um ensino conteudista e fragmentado” (BRASIL, 1998, p. 20). Por isso, o conhecimento que queremos proporcionar no curso preparatório deve ser reflexivo e que permita o desenvolvimento da criticidade como leitura fundamental da

realidade. Nessa perspectiva, as aulas de redação, bem como o trabalho da Língua Portuguesa e da Literatura centram-se nos conhecimentos e nas competências essenciais e não mais exclusivamente no saber enciclopédico. Além disso, obedecemos à recomendação geral de atribuir uma identidade própria a essa etapa da escolaridade. Busca-se, sobretudo, uma formação sólida, passível de ser atingida pela aquisição de um significativo conjunto de competências que possibilitem a futura atuação individual e coletiva, acadêmica e profissional.

Para tanto, além de outras medidas, tem sido necessário ao trabalho do Proenem com as linguagens, o reconhecimento dos conceitos e das competências estruturantes e das dinâmicas de aprendizagem fundamentais em cada área do conhecimento, de forma a permitir a concentração no desenvolvimento do raciocínio e não em atividades que exigem apenas memorização. Dessa maneira, muito além de memorizar mecanicamente as regras gramaticais ou das características de determinado movimento literário, o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competências que possam ser utilizados nas inúmeras situações de uso da língua com que se depara.

Professores e alunos, nesse sentido, são levados a compreender o que os parâmetros chamam de “análise de situação-problema”. Sugerimos um primeiro passo, que seria saber lê-las com o objetivo de extrair delas próprias os caminhos para a resolução. Pensar que nossos conhecimentos sobre a Língua Portuguesa – seja do ponto de vista gramatical ou da produção textual – poderiam auxiliar nessa tarefa. Com essa visão, questionar se somente os conhecimentos específicos e disciplinares dão conta de buscar soluções para essas e outras situações-problema.

Não se perde, todavia, o entendimento de que a linguagem se estrutura sobre a normatividade, porém, propomos isso num processo mais significativo. A Língua Portuguesa, como língua materna é geradora de significação e integradora da organização do mundo comum. O domínio dessa língua e das línguas estrangeiras é visto na área de linguagens e na visão organizativa do Proenem, como forma de ampliação de possibilidades de acesso a lugares e culturas.

Assim, parece pertinente apontar algumas competências e conceitos que a área de Linguagens, códigos e suas tecnologias emprega aos professores. Inicialmente, no que diz respeito à tecnologia da informação, conforme os PCNEM:

Deve-se enfatizar que dados e informações não são o conhecimento. A confusão entre os dois conceitos pode induzir o usuário a ver essa tecnologia como neutra e objetiva, pois sua configuração específica, sua história ainda recente e sua utilização social podem mascarar os elementos subjetivos e ideológicos presentes na construção mediada do conhecimento. Em outras palavras: separados de seus contextos de produção, isolados da rede conceitual de que fazem parte, os dados e fatos são informações que podem ser utilizadas para qualquer propósito. Nesse particular, compete à escola trabalhar com a tecnologia não apenas como um artefato técnico mas como uma construção social, dialética em sua própria natureza (BRASIL, 1998, p. 52).

É preciso aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, de

modo que possam representar uma relevância no trabalho e em outros contextos da vida. O valor estaria em possibilitar que o aluno identifique as diferentes linguagens e seus recursos expressivos como elementos de caracterização dos sistemas de comunicação. Que possa, sobretudo, recorrer ao conhecimento linguístico para resolver problemas que enfrentam no dia-a-dia.

O desafio para professores e alunos é entender os princípios, a natureza, a função e o impacto das tecnologias da comunicação e da informação nas suas vidas, no desenvolvimento do conhecimento, sempre associado aos conhecimentos científicos e empíricos, às linguagens que trazem do meio social e às demais tecnologias.

Outra importante competência que procuramos desenvolver no público que busca o Proenem, diz respeito à análise, interpretação e aplicação dos recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização e manifestações de acordo com as condições de produção e recepção dos discursos. A intenção é estabelecer relações entre o texto literário e o momento de sua produção, situando aspectos do contexto histórico, social e político.

Assim, o texto passa a ser compreendido como um todo significativo e articulado, verbalmente ou não. Segundo os PCNEM:

O texto verbal pode assumir diferentes feições, conforme a abordagem temática, a estrutura composicional, os traços estilísticos do autor – conjunto que constitui o conceito de gênero textual. A partir do pressuposto de que o texto pode ser uma unidade de ensino, sugere-se abordá-lo a partir de dois pontos de vista: Considerando os diversos aspectos implicados em sua estruturação, a partir das escolhas feitas pelo autor entre as possibilidades oferecidas pela língua. Na relação intertextual, levando em conta o diálogo com outros textos e a própria contextualização (BRASIL, 1998, p. 60).

Trata-se de um trabalho convergente, em que um texto possa ser visto pela sua estrutura normativa, pelas proposições intencionais e do estilo do autor, assim como do diálogo que se trava com a multiplicidade textual que circula socialmente, o que os parâmetros entendem por intertextualidade.

Também proporcionamos nas aulas do Proenem o reconhecimento das informações sobre as concepções artísticas e os procedimentos de construção do texto literário, em que o aluno poderá reconhecer a presença de valores sociais e humanos permanentes no patrimônio literário nacional. Não se trata de um trabalho fechado, estanque e tedioso, mas um movimento integrador entre a produção literária e a história cultural e social que estes textos reproduzem.

Por esta razão, os textos, organizados em apostila própria da área de linguagens, representam as mais variadas situações cotidianas. O ensino e a aprendizagem de uma língua necessita do suporte textual, pois ao revelarem usos múltiplos, contribuem para a criação de competências e habilidades específicas, então recomendadas pela banca organizadora do Exame Nacional do Ensino Médio.

Assim, não deixando de atribuir a gramática da Língua Portuguesa nas discussões do Proenem, consideramos indispensável guia de estudos, que em boa

medida representa o maior saber acumulado desta disciplina. Conforme os PCNEM, a gramática

Refere-se a um conjunto de regras que sustentam o sistema de qualquer língua. Na fala, fazemos uso de um conhecimento lingüístico (sic) internalizado, que independe de aprendizagem escolarizada e que resulta na oralidade. Na escrita, também utilizamos esse conhecimento, mas necessitamos de outros subsídios lingüísticos (sic), fornecidos pelo letramento (conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito). O domínio desse conceito é importante em quase todas as situações em que se trabalha com a língua (BRASIL, 1998, p. 60).

Tanto no “momento interligado” quanto nas situações separadas de sala de aula, consideramos que a condição de produção de discursos é resultado do conhecimento gramatical absorvido (morfológico, sintático, semântico). Ajudamos os alunos a compreender que o aceitável na linguagem coloquial, muitas vezes pode ser considerado um desvio na linguagem padrão ou norma culta. Embora se aprove o estudo da variedade linguística do Brasil, é discussão garantida nas aulas do Proenem, os diversos graus de formalidade das situações de interação comunicativa, percebendo, sobretudo as modalidades de oralidade urbana e da escrita da língua, assim como os limites do uso e da adequação.

Portanto, é necessário frisar no contexto dessa área de conhecimento, que o Proenem da Universidade de Cruz Alta visa potencializar o senso crítico dos alunos, sendo capazes de investigar, articular e descobrir os objetos e os fenômenos do mundo a que são expostos. Mais do que oferecer o convívio do aluno com as linguagens trata-se de oferecer-lhe o convívio com práticas sociais de compreensão e produção de textos e de análise linguística. Partimos das possibilidades de aprendizagem do aluno, de suas necessidades para a ampliação do seu universo de referência, propiciando-lhe familiaridade crescente com expressões culturais e científicas cada vez mais complexas.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas palavras finais não encerram tampouco esgotam o debate relativo às linguagens. São palavras e ideias ainda em fecundidade, por isso, aparecem singelamente como quem levanta a mão pedindo licença para dizer algumas contribuições no processo reflexivo do tema. Geramos, dessa forma, a expectativa de que a produção e a leitura textual variada são práticas interdisciplinares reconhecedoras da língua materna e nossa missão enquanto professores.

O trajeto teórico que fizemos revela a importância de alterarmos o flexão do termo língua para línguas e do termo linguagem para linguagens. Este esforço só poderá resultar em uma atuação pedagógica também no plural. Pluralizar para nós significa articular, amarrar e tornar possíveis ações de ensino que se complementem, na mesma medida que mantenham a tradição do conhecimento acumulado.

Não podemos ficar dizendo que o aluno não lê e que, portanto, não consegue se expressar pela escrita; não podemos ficar repetindo que o aluno não consegue interpretar o que lê e que por isso não atinge a média necessária nas provas do Enem, não podemos ficar em busca de culpados para os índices educacionais não satisfatórios, devemos fazer alguma coisa.

Há um longo caminho a percorrer, mas nós, do Proenem, como muitos outros colegas educadores, estamos fazendo a nossa parte, na busca de sucesso e equiparação do ensino, na busca de um ensino justo e igualitário, no qual o ingresso ou não no Ensino Superior será uma questão de escolha e não de exclusão pelo não saber. Todos estariam preparados e optariam por ocupar um espaço no meio acadêmico, pois

A educação é substantiva, altera o ser do homem. A não ser assim seria apenas adjetiva, mero ornamento da inteligência. O homem que se adquire o saber passa a ver o mundo e a si mesmo deste outro ponto de vista. Por isso se torna um elemento transformador de seu mundo. Esta é a finalidade essencial da educação. Tal é a razão de que todo movimento educacional tenha consequências sociais e políticas (PINTO, 2010, p. 52-53).

Não é difícil perceber que a formação docente precisa ser repensada, e novas estratégias necessitam ser previstas, em função das novas formas de pensamento, de expressão e relação entre sujeitos e grupos que estão emergindo dentro de recentes paradigmas das ciências na cultura tecnológica.

Enfim, enquanto educadores idealizadores deste programa buscamos fazer a diferença. No entanto, finalizamos alertando que apesar do Proenem ter objetivos concretos, ele necessita do empenho de todos os envolvidos, para atingir os resultados que podem ser o suporte do sujeito no exercício da sua cidadania.

Estamos cientes de que estamos em um novo tempo. Tempo do ensinar e aprender pela interação. Tempo de troca e crescimento. Nós entendemos que trabalhar sob a perspectiva aqui abordada é oportunizar a emancipação do sujeito aluno. Para Rancière (2011, p.12), emancipar “é forçar, motivar, cobrar uma capacidade que se ignora ou se denega até apostar no outro». É exatamente esse o nosso propósito.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, M. RANGEL, Egon. **Tarefas da educação lingüística no Brasil**. Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada, v. 5, n. 1, 2005.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1986.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: **Língua Portuguesa**. Brasília, 1998.

FARACO, Carlos Alberto; CASTRO, Gilberto de. **Por uma Teoria que fundamente o ensino de língua materna** (ou de como apenas um pouquinho de gramática nem sempre é bom). Disponível

em: <http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos>, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual. Análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial. 2008.

MARQUES, Mario Osorio. **Conhecimento e modernidade em reconstrução**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1993.

\_\_\_\_\_. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. **O Mestre ignorante**. Cinco lições sobre emancipação intelectual. Trad. Lilina do Valle. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

VIGNA, **Aprendendo um pouco mais sobre Educação de Jovens e Adultos**, publicado no site <http://www.centrorefeducacional.com.br/eja1.htm>. Acesso em 13 de setembro de 2014.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-094-0

